ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA

Créditos sujeitos à recuperação judicial

Dissertação de Mestrado

Orientador: Manoel de Queiroz Pereira Calças

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA

Créditos sujeitos à recuperação judicial

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora da Comissão de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Comercial, sob orientação do Prof. Dr. Manoel de Queiroz Pereira Calças.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Oliveira, Adriana Maria Cruz Dias
Créditos sujeitos à recuperação judicial / Adriana Maria Cruz Dias de Oliveira ;

orientador Manoel de Queiroz Pereira Calças -- São Paulo, 2018. 154

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Comercial) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Recuperação judicial. 2. Direito de crédito. I. Calças, Manoel de Queiroz
Pereira, orient. II. Créditos sujeitos à recuperação judicial.

*Para a Rafaela,
pela companhia, dentro e fora da barriga,
durante a elaboração desse trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Há um provérbio que diz ser necessária uma aldeia inteira para educar uma criança. Durante a elaboração deste trabalho, descobri que também é preciso uma aldeia inteira para preparar um trabalho acadêmico.

Contei com ajuda de todos os lados e não teria sido capaz de escrever essa dissertação sem a colaboração de diversas pessoas, que me ajudaram das mais variadas formas.

Tive muita ajuda “intelectual”: com a minha formação, com oportunidades para aprender (na vida acadêmica e na prática profissional), com o compartilhamento generoso de sugestões e críticas, e com tempo para discutir minhas ideias e rever meu trabalho.

Tão importante quanto essa ajuda, tive muita ajuda “braçal”. Contei com amigos para idas à biblioteca, para obtenção de cópias de artigos e livros, e para o envio de material a Nova Iorque, de onde trabalhei nessa dissertação.

Tenho receio de que, ao tentar nomear as pessoas que ajudaram, farei injustiça a algumas delas, de quem eu possa momentaneamente me esquecer. E eu não me perdoaria por tal omissão.

Por isso agradeço a todos na pessoa do meu marido, Jonathan Mendes de Oliveira, que fez desse trabalho – ao qual dediquei longos dias nos últimos anos – um projeto da nossa família.

DIAS, Adriana Maria Cruz. *Créditos sujeitos à recuperação judicial*. 154f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o conceito de crédito utilizado pela Lei 11.101/2005, em especial aquele contido em seu artigo 49, *caput* – “créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos” –, com o objetivo de estudar situações em que a aquisição do direito no tempo, pelo credor, torna obscuro o exato momento do nascimento do “crédito” e, no que concerne à recuperação judicial, a sua consequente sujeição ou não ao concurso de credores que se forma com a apresentação do pedido de recuperação. O presente trabalho divide-se em duas partes. A primeira delas é dedicada à análise do arcabouço teórico necessário à correta interpretação do disposto no artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005. Essa parte inclui: (i) o estudo do modelo norte-americano de sujeição de créditos ao procedimento judicial de reestruturação de empresas, bem como dos órgãos internacionais que publicaram diretivas para sistemas de insolvência; (ii) a análise da doutrina nacional sobre a interpretação do artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005; (iii) a análise do processo legislativo durante o qual o referido artigo de lei recebeu a sua atual redação; (iv) a interpretação sobre o surgimento dos créditos e sua sujeição ao concurso conforme a antiga lei de falências (Decreto-lei 7.661/1945); e, finalmente, (v) a análise da doutrina existente sobre o momento do surgimento da obrigação ou do dever, com base no Direito das Obrigações. Pelos desafios que traz à participação dos credores no procedimento de insolvência, será objeto de análise específica a questão da liquidez das obrigações. A segunda parte do trabalho é dedicada à análise de créditos, decorrentes de ilícito ou contratos, nos quais o diferimento no tempo dos momentos da contratação e da exigibilidade, ou da prática do ato ilícito e a condenação ao pagamento, leva a incertezas quanto ao momento do surgimento do direito de crédito. Nessa seção do trabalho será discutida a sujeição ao concurso de créditos decorrentes de (i) contratos de execução continuada e contratos de execução diferida; (ii) contratos sujeitos a condição; (iii) contratos envolvendo garantia pessoal; (iv) contratos de derivativos; (v) obrigações decorrentes de responsabilidade civil extracontratual; e (vi) obrigações decorrentes de responsabilidade civil contratual.

Palavras-chave: recuperação judicial – direito de crédito – crédito sujeito – processo legislativo da Lei 11.101/2005 – liquidez do crédito – contratos de execução diferida ou continuada – condição – garantias pessoais – derivativos – responsabilidade civil.

DIAS, Adriana Maria Cruz. *Claims subject to corporate reorganization*. 154f. Master of Laws. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

This work aims to analyze the concept of claim under Brazilian Bankruptcy Law, as provided for in its article 49, *caput* – “existing credits on the bankruptcy petition filing date, even if [those credits are] unmatured” –, in order to study situations in which the elapse of time makes the exactly moment of the arise of a credit right unclear and, consequentially, makes unclear whether a credit right is considered a claim in corporate reorganization under bankruptcy law. This work is comprised of two parts. The first part is dedicated to analyze the concepts necessary to the interpretation of article 49, *caput*, of the Brazilian Bankruptcy Law. This part includes (i) the study of the American model for definition of claims subject to Chapter 11 reorganizations, as well as the solution the international organizations recommended for the same issue; (ii) the analysis of the interpretation Brazilian scholars suggest for article 49, *caput*, of the Brazilian Bankruptcy Law, (iii) the interpretation of the concept of claim under the previous Brazilian Bankruptcy Law (Decree 7.661/1945); and (v) the analysis of scholars’ opinions about the arise of credit rights based on civil law theory. The liquidity of claims is separately discussed due to the challenges this issue brings to creditors’ participation in the bankruptcy proceeding. The second part of this work is dedicated to the analysis of claims arising from torts or contractual liability, in which the separation in time between the signing of a contract and its maturity, or between the tortuous act and the award of damages, leads to uncertainties about the exactly moment of the arise of a claim. In such section, the claims arising in the following situations will be discussed: (i) executory contracts and deferred execution contracts, (ii) conditional contracts, (iii) guarantees, (iv) derivative contracts, (v) torts, and (vi) contractual liability.

Key words: bankruptcy – corporate reorganization – credit rights – claims –Brazilian Bankruptcy Law legislative process – non-liquid claims – executory contracts –conditions – guarantees – derivatives – torts – contractual liability.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CRÉDITOS SUJEITOS AOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS.....	17
2.1	Modelo norte-americano.	19
2.2	Sugestões das diretivas internacionais – Banco Mundial e UNCITRAL.....	24
2.3	O direito brasileiro.....	27
2.3.1	Processo legislativo da Lei 11.101/2005 e seu artigo 49.	27
2.3.2	Comentários ao artigo 49.	34
2.3.3	Créditos existentes e sujeição aos procedimentos de insolvência na legislação anterior.	38
2.3.4	Crédito como posição contrária à obrigação.....	43
2.3.4.1	Definição de obrigação.	45
2.3.4.1.1	Teoria dualista da obrigação.	48
2.3.4.2	Crédito como posição contrária ao dever – a sistemática exposta por Pontes de Miranda.	51
2.3.4.3	Adequação da definição de crédito de Pontes de Miranda à Lei 11.101/2005.	56
2.3.4.4	Liquidez do crédito.	61
2.3.5	Créditos excluídos da recuperação judicial por disposição legal expressa.....	64
2.3.5.1	Créditos inexigíveis.	65
2.3.5.1.1	Obrigações a título gratuito.....	65
2.3.5.1.2	Despesas dos credores para fazer parte do processo de insolvência.....	67
2.3.5.2	Créditos não sujeitos à recuperação judicial.....	68
2.3.5.2.1	Crédito fiscal.....	69
2.3.5.2.2	Créditos garantidos por direitos reais em garantia.....	72
2.3.5.2.3	Adiantamento de contrato de câmbio (“ACC”).	73
2.3.5.2.4	Arrendamento de aeronaves ou suas partes.	75
2.3.5.2.5	Câmaras de compensação.	76
3	APLICAÇÃO DO CONCEITO DE CRÉDITO A DEVERES DECORRENTES DE DIVERSAS FONTES.....	78
3.1	Contratos de execução continuada e contratos de execução diferida.	78
3.2	Contratos sujeitos a condição.	83
3.2.1	Condição suspensiva.....	85

3.2.2	Condição resolutiva.	89
3.3	Garantias fidejussórias.	91
3.3.1	“Novação recuperacional” e garantias fidejussórias.	93
3.3.2	Fiança.	95
3.3.2.1	Recuperação judicial do devedor principal e sub-rogação.	98
3.3.2.2	Recuperação judicial do fiador.	100
3.3.2.3	Subfiança.	101
3.3.2.4	Retrofiança.	102
3.3.2.5	Fiança de “dívida futura”.	103
3.3.2.6	Fiança bancária e seguro-garantia em execução fiscal.	107
3.3.3	Aval.	110
3.3.4	Contragarantias em garantias bancárias.	113
3.3.4.1	Contragarantias para garantia outorgada em execução fiscal.	117
3.4	Contratos de derivativos.	119
3.4.1	Contratos a termo (<i>forward</i>).	121
3.4.2	Futuros (<i>futures</i>).	122
3.4.3	Opções (<i>options</i>).	123
3.4.4	<i>Swaps</i>	125
3.4.5	Liquidez e participação do credor na recuperação judicial.	126
3.5	Responsabilidade civil extracontratual.	130
3.5.1	Honorários advocatícios.	132
3.6	Responsabilidade civil contratual.	137
4	CONCLUSÃO.	141
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	143

1 INTRODUÇÃO.¹

Resultado de grande pressão para a adoção de solução mais efetiva para as empresas em crise no Brasil², a Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, trouxe como grande inovação a previsão de procedimento judicial que permite a reestruturação de dívidas da empresa de forma mais ampla que aquela prevista no sistema anterior.

Diferentemente da antiga concordata, prevista no Decreto-lei 7.661/1945, que tinha como única forma de superação da crise empresarial a concessão de prazo adicional para pagamento de credores quirografários³, a recuperação judicial tem como objetivo permitir à empresa insolvente a superação das causas da crise financeira.

Osvaldo Biolchi, relator do parecer da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada do projeto de lei que culminou na Lei 11.101/2005, ao discorrer sobre os objetivos da nova lei, indicou que “não se pretende, com o processo de recuperação proposto, o mero alongamento da dívida, mas, principalmente e sobretudo, atacar e superar as causas gerenciais que provocaram o endividamento gravoso”⁴.

Com a adoção desse novo procedimento – a recuperação judicial –, uma das decisões a serem tomadas pelo legislador seria a abrangência das obrigações da empresa em crise que poderiam ser reestruturadas por meio da recuperação judicial.

Essa preocupação era menos relevante na lei de falências anterior, seja porque a abrangência da concordata sempre foi limitada aos credores quirografários, seja porque a falência implicava a liquidação de ativos e, portanto, sujeitaria a todos os credores do falido, sem distinção.

¹ Todas as citações feitas no presente trabalho refletem a grafia utilizada pela fonte citada. Grifos e destaques são sempre do original.

² TOLEDO, Paulo F. C. Salles de (coord.). ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 36.

³ Prevê o artigo 147 do Decreto-lei 7.661/1945: “A concordata concedida obriga a todos os credores quirografários, comerciais ou civis, admitidos ou não ao passivo, residentes no país ou fora dele, ausentes ou embargantes.”

⁴ Parecer proferido em 30.05.1996, publicado no Diário Oficial da Câmara dos Deputados em 03.12.1999.

A regra geral sobre o tema ficou prevista no art. 49, *caput*, da Lei 11.101/2005, que prevê que estariam sujeitos aos efeitos do deferimento do pedido de recuperação judicial “todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

Em seguida, essa previsão geral sofre exclusões pontuais (mas significativas), conforme previsto nos artigos 6º, § 7º, e 49, §§ 3º e 4º, 193 e 199, todos da Lei 11.101/2005. Nesses dispositivos, o legislador brasileiro optou por excluir dos efeitos da lei – excluindo tanto a limitação dos direitos dos credores quanto a participação de tais credores no processo decisório de recuperação judicial –: (i) os créditos de natureza fiscal (artigo 6º, § 7º); (ii) os créditos aos quais foi outorgada alguma forma de direito de propriedade em garantia (artigo 49, § 3º); (iii) os financiamentos concedidos na modalidade de adiantamento de contrato de câmbio (artigo 49, § 4º); (iv) o crédito decorrente do arrendamento de aeronaves e suas partes (artigo 199); e (v) os créditos liquidados por meio de câmaras de liquidação (artigo 193).

O objetivo do presente trabalho é analisar o conceito de crédito utilizado pela Lei 11.101/2005, em especial aquele contido em seu artigo 49, *caput* – “créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos” –, com o objetivo de estudar situações em que a aquisição do direito no tempo, pelo credor, torna obscuro o exato momento do nascimento do “crédito” e, no que concerne à recuperação judicial, a sua consequente sujeição ou não ao concurso de credores⁵ que se forma com a apresentação do pedido de recuperação. A referida questão é analisada pelo ponto de vista do devedor do crédito, a empresa em crise.

⁵ Não se desconhece a divergência acerca da existência ou não de concurso de credores na recuperação judicial. Fábio Ulhoa Coelho defende a inexistência de concurso por não haver venda de bens para distribuição entre os credores (COELHO, Fábio Ulhoa. *Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas*. 10ª ed. São Paulo, Saraiva, 2014, p. 60). Na posição contrária, considera-se que o concurso está formado com a delegação de poderes, à coletividade de credores, para decidir sobre o destino da atividade empresarial e dos bens da empresa. Por considerar que a natureza do concurso se verifica também quando o poder de decidir sobre a atividade empresarial sai da mão da empresa e seus dirigentes e vai para as mãos dos credores, no presente trabalho haverá referências à recuperação judicial como procedimento concursal. Renata Mota de Maciel Madeira Dezem oferece três diferentes razões para a conclusão de que existe concurso também na recuperação judicial, ainda que em moldes distintos do concurso existente na falência: (i) a submissão ao procedimento de todos os credores, independentemente de vontade ou adesão, conforme artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005; (ii) a Lei 11.101/2005 prevê limites e parâmetros para o tratamento dos credores em cada classe (e.g. pagamento dos créditos trabalhistas em até um ano, previsto pelo seu artigo 54, *caput*, ou tratamento paritário dos credores na aprovação do plano de recuperação judicial, prevista no artigo 58); e (iii) a existência de cooperação entre todos os credores para a solução da crise da empresa (DEZEM, Renata Mota de Maciel Madeira. *A extensão da competência do juízo da recuperação judicial*. Tese (Doutorado). Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, pp. 173-177)

Ainda que muito do presente trabalho possa ser aplicado aos créditos sujeitos à recuperação extrajudicial, o foco do trabalho será a análise da questão nos processos de recuperação judicial.

Não é objetivo desta dissertação discutir a escolha legislativa que deixou de fora da possibilidade de serem reestruturados na recuperação judicial importantes tipos de crédito – o que traz sérias consequências à efetividade do instituto⁶ –; não porque o tema não seja relevante, mas por simples corte metodológico que permitirá ter como foco principal as situações em que o momento do surgimento do direito de crédito é a questão mais relevante para a determinação da sujeição ou não do crédito aos efeitos do concurso. Os créditos excluídos do concurso por escolha legislativa, entretanto, serão objeto de breve análise para delimitar mais precisamente o que são, de acordo com a legislação brasileira atual, os créditos sujeitos à recuperação judicial.

O presente trabalho divide-se em duas partes.

A primeira delas é dedicada à análise do arcabouço teórico necessário à correta interpretação do disposto no artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005.

Essa parte inclui: (i) o estudo do modelo norte-americano de sujeição de créditos ao procedimento judicial de reestruturação de empresas, bem como dos órgãos internacionais que publicaram diretivas para sistemas de insolvência; (ii) a análise da doutrina nacional sobre a interpretação do artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005; (iii) a análise do processo legislativo durante o qual o referido artigo de lei recebeu a sua atual redação; (iv) a interpretação sobre o surgimento dos créditos e sua sujeição ao concurso conforme a antiga lei de falências (Decreto-lei 7.661/1945); e, finalmente, (v) a análise da doutrina existente sobre o momento do surgimento da obrigação ou do dever, com base no Direito das Obrigações.

Pelos desafios que traz à participação dos credores no procedimento de insolvência, será objeto de análise específica a questão da liquidez das obrigações.

⁶ Sobre o tema ver: WAISBERG, Ivo. *O necessário fim dos credores não sujeitos à recuperação judicial*. In ELIAS, Luis Vasco (coord.). *10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências – Reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 199-209. BEZERRA FILHO, Manoel Justino. “*Trava Bancária*” e “*Trava Fiscal*” na *Recuperação Judicial – Tendências...* In ELIAS, Luis Vasco (coord.). *10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências – Reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

Também está incluída, na primeira parte do trabalho, a delimitação dos créditos excluídos do concurso por escolha legislativa expressa, seja porque não sujeitos à recuperação judicial ou porque inexigíveis da empresa em recuperação. Serão objeto desta breve análise: (i) as obrigações a título gratuito; (ii) as despesas dos credores para fazer parte dos procedimentos de insolvência; (iii) os créditos fiscais; (iv) os créditos garantidos por direito real em garantia; (v) os contratos de adiantamento de câmbio; (vi) os créditos decorrentes do arrendamento de aeronaves e suas partes; e (vii) os créditos liquidados por meio de câmaras de liquidação.

Feito esse estudo geral, a segunda parte do trabalho é dedicada à análise de créditos específicos, decorrentes de ilícito ou contratos, nos quais o diferimento no tempo dos momentos da contratação e da exigibilidade, ou da prática do ato ilícito e a condenação ao pagamento, leva a incertezas quanto ao momento do surgimento do direito de crédito.

Nessa seção do trabalho será discutida a sujeição ao concurso de créditos decorrentes de (i) contratos de execução continuada e contratos de execução diferida; (ii) contratos sujeitos a condição; (iii) contratos envolvendo garantia pessoal; (iv) contratos de derivativos; (v) obrigações decorrentes de responsabilidade civil extracontratual; e (vi) obrigações decorrentes de responsabilidade civil contratual.

4 CONCLUSÃO.

A grande inovação trazida pela Lei 11.101/2005 foi o procedimento de recuperação judicial, que permite a reestruturação de dívidas da empresa em crise, com manutenção da atividade produtiva. Mais do que favor legal, o racional que justifica a existência desse procedimento é o de que os bens da empresa valem mais quando organizados para a atividade produtiva do que liquidados separadamente.

É central, para permitir a superação da crise financeira pela qual passa a empresa, contudo, que o procedimento judicial criado permita a efetiva reestruturação de seu passivo, da forma mais ampla possível.

Se a antiga concordata prevista no Decreto-lei 7.661/1945 permitia apenas a moratória para os créditos quirografários, a Lei 11.101/2005 previu outros meios de recuperação além do parcelamento de dívidas, e, quanto à abrangência dos créditos sujeitos à recuperação judicial, previu, em seu artigo 49, *caput*, como regra geral, que “estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

O presente trabalho teve por objetivo definir o conceito de “crédito” de que trata o citado artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005, para analisar o momento do seu surgimento e, então, definir se determinadas relações jurídicas, em que o momento do surgimento do direito de crédito se protraí no tempo, estariam ou não sujeitas à recuperação judicial. – *i.e.* se o crédito em referidas relações existe ou não na data do pedido de recuperação judicial.

O conceito de crédito que mais apropriado (i) à finalidade do procedimento de recuperação judicial; (ii) à interpretação sistemática da Lei 11.101/2005 e seu processo legislativo; (iii) à experiência internacional a respeito do tema; e (iv) à doutrina que se formou, desde a edição da Lei 11.101/2005, é aquele que define o direito de crédito como a contrapartida do dever, primeiro efeito jurídico do fato ou ato havido, independentemente de exigibilidade, liquidez ou direito de ação.

É decorrência da adoção dessa definição o reconhecimento de que, como regra geral, no âmbito do direito contratual, o direito de crédito nasce com a celebração do contrato, ainda que a exigibilidade do crédito seja diferida, como nos casos de contratos sujeitos a termo, tal como discutido no capítulo 3.1. Enquadram-se nessa regra geral

inclusive os contratos em que a obrigação – dever exigível – é contingente ou o valor ilíquido, como as garantias fidejussórias ou os contratos de derivativos, tal como discutido nos capítulos 3.3 e 3.4 deste trabalho.

Para que nasça o direito de crédito, contudo, necessário que o ato jurídico, do qual ele é efeito, seja existente, válido e eficaz. Assim, as causas que limitem a eficácia do negócio jurídico impedem o surgimento do direito de crédito.

É o caso dos contratos sujeitos a condição, nos quais as partes, arbitrariamente, subordinam a eficácia do negócio jurídico a evento futuro e incerto, conforme discutido no capítulo 3.2. Nessa situação, o crédito nasce com o advento da condição quando esta é suspensiva. É o caso também dos contratos de duração, nos quais o tempo é essencial para o surgimento do crédito, como o contrato de aluguel ou contrato que preveja o pagamento de juros, por exemplo, conforme exposto no capítulo 3.1.

No âmbito da responsabilidade civil extracontratual, o surgimento do direito de crédito dá-se na ocorrência do fato que gera o dano e que tem como efeito o dever de indenizar. São irrelevantes para o surgimento do crédito tanto a liquidação do dano quanto a eventual condenação judicial do devedor ao pagamento, como exposto no capítulo 3.5.

Finalmente, no âmbito da responsabilidade civil contratual, conforme discutido no capítulo 3.6, o inadimplemento contratual não cria novo direito de crédito relacionado à obrigação objeto do contrato. O crédito que existia antes do inadimplemento é o mesmo que existe depois dele. Se o inadimplemento, contudo, gera o dever de ressarcir os danos causados para além da prestação contratual, a data relevante para o surgimento do crédito é o momento da ocorrência ou continuidade do inadimplemento, tal como ocorre na responsabilidade civil extracontratual.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABRÃO, Nelson. *Os credores na falência*. 2ª ed. Revista, ampliada e atualizada por Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Universitária do Direito, 1998.

ALTEMANI, Renato Lisboa. SILVA, Ricardo Alexandre da. *Manual de Verificação e Habilitação de Créditos na Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ALVES, Thiago Peixoto. *O Garantidor e a Novação Recuperacional*. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AMARAL, Cassio. CARBONELL, Sofia. VIÉGAS, Mauro. *Efeitos da recuperação judicial sobre o seguro garantia judicial*. Revista Opinião.Seg, nº 14. Ed. Roncarati, Julho/2017, pp. 61-65.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil – Curso de Direito Civil*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Contrato de opção de venda de participações societárias. Variação imprevisível do valor da coisa prometida em relação ao valor de mercado. Possibilidade de revisão com base nos arts. 478 a 480 do Código Civil em contrato unilateral*. In *Novos ensaios e pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 199-218.

_____. *Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia*. 4ª ed. 10ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014.

AZEVEDO, Luis Augusto Roux. *O contrato de seguro-garantia e a recuperação judicial*. Revista Opinião.Seg, nº 14. Ed. Roncarati, Julho/2017, pp. 29-31.

BARTELL, Laura B. *Due Process for the Unknown Future Claim in Bankruptcy - Is this Notice Really Necessary?*. In *American Bankruptcy Law Journal*, v. 78, 2008, pp. 339.

BESSONE, Darcy. *Instituições de Direito Falimentar*. São Paulo: Saraiva, 1995.

BETTI, Emílio. *Teoria geral do negócio jurídico* (tradução Servanda Editora). Campinas: Servanda, 2008.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito das Obrigações*. 9ª ed. Revisada e atualizada por Achilles Bevilacqua e Isaías Bevilacqua. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. *Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. “Trava Bancária” e “Trava Fiscal” na Recuperação Judicial – Tendências... In ELIAS, Luis Vasco (coord.). *10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências – Reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BORGES, João Eunápio. *Do Aval*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

BULGARELLI, Waldirio. *Contratos Mercantis*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *A reforma da Lei de Falências e Concordatas*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 85. São Paulo: RT, pp. 49-56.

BUZAID, Alfredo. *Do concurso de credores no processo de execução*. São Paulo: Saraiva, 1952.

CAHALI, Yussef Said. *Honorários Advocatícios*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. *Créditos submetidos à recuperação judicial*. In LUCCA, Newton de (coord.). VASCONCELOS, Miguel Pestana de (coord.). *Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas – Estudos Luso Brasileiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

_____. *Novação Recuperacional*. Revista do Advogado nº 105. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, Setembro de 2009, pp. 115-128

CAMPINHO, Sérgio. *Falência e Recuperação de Empresas – O Novo Regime da Insolvência Empresarial*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

CASTRO. Carlos Alberto Farracha de. *Manual de Recuperação Judicial de Empresas & Falência*. Curitiba: Juruá, 2013.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

Claims for Future Rent in Corporate Reorganization under § 77B of the Bankruptcy Act . In Virginia Law Review, v. 24, nº 3, 1938, pp. 320-321.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. *O Seguro de Crédito – Estudo jurídico*. São Paulo: Max Limonad, 1968.

CORDEIRO, António Menezes. *Direito Comercial*. 4ª ed. revista, atualizada e aumentada, com a colaboração de A. Barreto Menezes Cordeiro. Coimbra: Almedina, 2016.

_____. *Manual de Direito Bancário*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. *Tratado de Direito Civil. II. Parte Geral. Negócio Jurídico. Formação, Conteúdo, Interpretação, Vícios da Vontade, Ineficácia e Invalidade*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2014.

COSTA, Thiago Dias. *O princípio da par condicio creditorum e a recuperação judicial: Fundamentos e limites ao tratamento diferenciado entre credores pelo plano de recuperação judicial*. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DEZEM, Renata Mota de Maciel Madeira. *A extensão da competência do juízo da recuperação judicial*. Tese (Doutorado). Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Processo Civil*. Vol. II. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de Processo Civil*. Vol. III. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1954.

DINIZ, Maria Helena. *Tratado Teórico e Prático dos Contratos*. Vol. 5. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAVER, Scilio. *Curso de Recuperação de Empresas*. São Paulo: Atlas, 2014.

FORGIONI, Paula Andrea. *Teoria Geral dos Contratos Empresariais*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FOLZ, Stanley. *The Provability of Tort Claims in Bankruptcy*. The American Law Register (1898-1907), v. 52, nº 8, v. 43 New Series, 1904, pp. 473-503.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França. *Temas de Direito societário, Falimentar e Teoria da Empresa*. São Paulo: Malheiros, 2009.

FRANCESCHINI, José Luiz V. de A. *Repertório de Jurisprudência da Lei de Falências*. Tomo I. São Paulo: Max Limonad, 1954.

_____. *Repertório de Jurisprudência da Lei de Falências*. Tomo II. São Paulo: Max Limonad, 1954.

FRANCO, Vera Helena de Mello. SZTAJN, Rachel. *Falência e Recuperação da Empresa em Crise – comparação com as posições do Direito Europeu*. São Paulo: Campus Jurídico, 2008.

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito – Técnica, Decisão, Dominação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. 15ª ed. Atualizada por Humberto Theodoro Júnior Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Contratos*. 24ª ed. Atualizada por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HIRATA, Augusto Jorge. *Derivativos – O Impacto do Direito no Desempenho da Função Econômica*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

IGLESIAS, Felipe Campana Padin. *Opção de Compra ou Venda de Ações no Direito Brasileiro: Natureza Jurídica e Tutela Executiva Judicial*. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

IMHOF, Cristiano. *Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

INOJOSA, Joaquim. *Aval e Fiança*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1931.

JACKSON, Thomas H. *The Logic and Limits of Bankruptcy Law*. Cambridge: Harvard University, 1986.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de Direito Civil – Obrigações em Geral*. Vol. II. 6ª ed. (revisada e atualizada por José Serpa Santa Maria). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.

LUBBEN, Stephen J. *Railroad Receiverships and Modern Bankruptcy Theory*. In 89 Cornell Law Review 1420, 2004.

_____. *Derivatives and Bankruptcy: The Flawed Case For Special Treatment*, 12 J. Bus. L. 61, 2009.

LUCCA, Newton de. *O aval*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v. 23, nº 53, 1984, pp. 41-71.

MARTINS, Fran. *Títulos de Crédito*. 16ª ed. Atualizado por Joaquim Penalva Santos e Paulo Penalva Santos. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MARTINS FILHO, Antonio. *Da Liquidez do Título de Crédito na Falência. Tese para a 2ª Cátedra de Direito Comercial, na Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza: Fortaleza, 1945.

MABEY, Ralph R. JARVIS, Annette W. *In re Frenville: A Critique by the National Bankruptcy Conference's Committee on Claims*. In The Business Lawyer, v. 42, nº 3, pp. 697-714. American Bar Association. 1987.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. *Dívida Tributária e Recuperação Judicial de Empresa*. Revista Dialética de Direito Tributário, nº 120, Oliveira Rocha: São Paulo, Set/2005.

McCORMICK, Roger. *Legal Risk in the Financial Markets*. 2ª ed.: Oxford: Oxford University, 2010.

MENDES, Maria Cristina Varalla. RODRIGUEZ, Caio Farah. *Notas sobre alocação de riscos e garantias contratuais*. In FERNANDES, Wanderley (coord.). *Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDONÇA, Manuel Inácio Carvalho de. *A Vontade Unilateral nos Direitos de Crédito*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.

_____. *Doutrina e Prática das Obrigações ou Teoria Geral dos Direitos de Crédito*, atualizada por José de Aguiar Dias. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1956.

_____. *Contratos no Direito Civil Brasileiro*. Tomo II. 3ª ed. Atualizada por José de Aguiar Dias. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Cambiário, Vol. I – Letra de Câmbio*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1954.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo I. Parte Geral, Validade. Nulidade. Anulabilidade*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo V. Parte Geral. Eficácia jurídica. Determinações inexas e anexas. Direitos. Pretensões. Ações*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XXI. Parte especial. Direito das coisas. Penhor rural. Penhor industrial. Penhor mercantil. Anticrese. Cédulas rurais pignoratícias, hipotecárias e mistas. Transmissões em garantia*. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Luciano de Camargo Penteado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XXIV. Parte especial. Direito das obrigações. Efeitos das dívidas e obrigações. Juros. Extinção das dívidas e obrigações. Adimplemento. Arras. Liquidação. Depósito em consignação para adimplemento. Alienação para liberação. Adimplemento com sub-rogação. Imputação. Compensação*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1959.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XXVI. Parte especial. Direito das obrigações. Consequências do inadimplemento. Exceções de contrato não adimplido, ou adimplido insatisfatoriamente, e de insegurança. Enriquecimento injustificado. Estipulação a favor de terceiro. Eficácia protectiva de terceiro. Mudanças de circunstâncias. Compromisso*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1959.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XXIX. Parte especial. Direito das obrigações. Administração da massa falencial. Restituições e vindicações. Verificação de créditos. Classificação de créditos. Inquérito judicial. Liquidação. Extinção das obrigações*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1960.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XXX. Direito das obrigações. Concordatas. Crimes falenciais. Liquidações administrativas voluntárias e coativas*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1961.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XLIV. Parte especial. Direito das obrigações. Expedição. Contrato de agência. Representação de empresa. Fiança. Mandato de crédito. Constituição de renda. Promessa de dívida. Reconhecimento de dívida. Comunidade. Edição. Representação teatral, musical e de cinema. Empreitada*. Atualizado por Cláudia Lima Marques e Bruno Miragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo XLV. Parte especial. Direito das obrigações. Contrato de transporte. Contrato de parceria. Jogo e aposta. Contrato de seguro. Seguros terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aeronáuticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1964.

_____. *Tratado de Direito Privado. Tomo LIII. Parte especial. Direito das obrigações. Fatos ilícitos absolutos. Responsabilidade. Danos causados por animais. Coisas inanimadas e danos. Estado e servidores. Profissionais*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.

MORATO, Leonardo L. GOMES JR. Roberto Lincoln de S. *Análise da Sujeição de “Créditos” Oriundos de Obrigações sob Condição Suspensiva à Recuperação Judicial*. In ELIAS, Luis Vasco (coord.). *10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências – Reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, pp. 219-231.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Das Modalidades de Obrigações*. Dissertação para o concurso à Cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1959.

NEDER CEREZETTI, Sheila Christina. *A Recuperação Judicial de Sociedade por Ações – O Princípio da Preservação da Empresa na Lei de Recuperação e Falência*. São Paulo: Malheiros, 2012.

NEDER CEREZETTI, Sheila C. JUNQUEIRA, Gabriela de Oliveira. *Breves notas sobre a novação de créditos na recuperação judicial*. In WAISBERG, Ivo (org). RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende (org.). *Temas de Direito da Insolvência – Estudos em homenagem ao Professor Manoel Justino Bezerra Filho*. São Paulo: IASP, 2017, pp. 1.033-1.049.

NOGUEIRA, Rui Barbosa. *Curso de Direito Tributário*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

NONATO, Orozimbo. *Curso de Obrigações (Generalidades – Espécies)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *Comentários à Nova Lei de Falências*. São Paulo: IOB, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo Ribeiro de. *Comentários ao novo Código Civil. Volume II (arts. 79 a 137), Dos bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Disposições gerais. Da*

representação. Da condição. Do termo e do encargo. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord). *Comentários ao novo Código Civil.* Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PACHECO, José da Silva. *Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. *Processo de Falência e Concordata. Comentários à Lei de Falências Doutrina – Prática – Jurisprudência.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PAES, P. R. Tavares. *O Aval no Direito Vigente – Doutrina Jurisprudência e Legislação.* 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

PASQUALOTTO, Adalberto. *Contratos Nominados III.* In REALE, Miguel (coord.). MARTINS-COSTA, Judith (coord.). *Biblioteca de Direito Civil – Estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale.* Vol. 9. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil, Vol. II – Teoria Geral de Obrigações.* 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

_____. *Instituições de Direito Civil, Vol. III – Contratos.* 15ª ed. Revista e atualizada por Regis Fichtner. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. *Responsabilidade Civil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

PERIN JÚNIOR, Ecio. *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PLEVIN, Mark D. EPLEY, Leslie A. ELGARTEN, Clifton S. *The future claims representative in prepackaged asbestos bankruptcy: conflicts of interest, strange alliances, and unfamiliar duties for burdened bankruptcy courts.* New York University Annual Survey of American Law v. 62, Issue 2. 2006.

POTHIER. *Tratado das Obrigações Pessoais e Recíprocas – nos pactos, contratos, etc.* Tomo II. Tradução de José Homem Corrêa Telles. Rio de Janeiro e Paris, Il. Garnier, 1906.

Proof of Contingent Claims in Bankruptcy. In Harvard Law Review, v. 14, nº 5, 1901, pp. 372-373.

Provability of Contingent Claims in Bankruptcy. In Columbia Law Review, v. 14, nº 2, 1914, pp. 158-160.

RAMALHO, Ruben. *Curso Teórico e Prático de Falência e Concordatas.* 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

RECHTSCHAFFEN, Alan N. *Capital Markets, Derivatives and the Law*. New York: Oxford, 2009.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial. 2º Volume*. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. *Curso de Direito Falimentar*. 17ª ed. Atualizada por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 1998.

RESTIFFE, Sérgio Paulo. *Recuperação de Empresas*. Barueri: Manole, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 2ª ed. 3ª tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Volume 2 – Parte Geral das Obrigações*. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

ROE, Mark J. *The Derivatives Market's Payment Priorities as Financial Crisis Accelerator*. Stanford Law Review, Vol. 63, Issue 3, p. 539, 2011; ECGI – Law Working Paper No. 153/2010; Harvard Public Law Working Paper No. 10-17. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1567075>, consultado em 12.05.2016.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. PIVA, Fernanda Neves. *Créditos vencidos e vencidos na recuperação judicial: o negócio jurídico sob condição suspensiva e o contrato bilateral*. In WAISBERG, Ivo (org). RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende (org.). *Temas de Direito da Insolvência – Estudos em homenagem ao Professor Manoel Justino Bezerra Filho*. São Paulo: IASP, 2017, pp. 589-607.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro. *A repercussão da causa na teoria do negócio jurídico: um paralelo com a função social dos contratos*. In Revista da Faculdade de Direito UFPR, n. 58, Curitiba, 2013, p. 147-171.

SANTOS, Gildo dos. *Fiança*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SANTOS, Moacir Amaral. *Da Fiança e de Alguns dos Benefícios do Fiador*. In Revista Forense Comemorativa Ano 100, Rio de Janeiro, Forense, 2004, p. 335-373.

SANTOS, Paulo Penalva. *Obrigações e Contratos na Falência*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

_____. *O Crédito Tributário e a Recuperação Judicial*. In ELIAS, Luis Vasco (coord.). *10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências – Reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

SCARBERRY, Mark S. KLEE, Kenneth N. NEWTON, Grant W. NICKLES, Steve H. *Business Reorganization in Bankruptcy – Cases and Materials*. 3ª ed. St. Paul: West, 2006.

SEGALLA, Alessandro Schirrmeister. *A funcionalização do contrato de fiança: proposta de revalorização do instituto*. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de (coord.). PITOMBO, Antonio Sérgio A. de Moraes (coord.). *Comentários à Lei de Recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de. *Credor versus fiador na recuperação judicial*. São Paulo. *Jornal Valor Econômico*, edição publicada em 03.11.2014.

_____. *Regime Jurídico das Opções Negociadas em Bolsas de Valores*. Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. *O “dinheiro novo” como elemento de interpretação do conceito de “crédito existente” na recuperação judicial*. In WAISBERG, Ivo (org). RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende (org.). *Temas de Direito da Insolvência – Estudos em homenagem ao Professor Manoel Justino Bezerra Filho*. São Paulo: IASP, 2017.

SZTAJN, Rachel. *Futuros e swaps: uma visão jurídica*. São Paulo: Cutural Paulista, 1998.

SZTAJN, Rachel. VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *A Disciplina do Aval no Novo Código Civil*. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 41, nº 128, p. 33-40, 2002.

TAVARES, José. *A Fiança no Direito Comercial*. Coimbra: França Amado, 1896.

TOLEDO, Paulo F. C. Salles de (coord.). ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. *Operação Financeira Estruturada, Regida pelo Direito Inglês, com emissão de ‘Convertible Bonds’. Habilitação de Crédito na Recuperação Judicial da Emitente, no Brasil*. In CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). WARDE JR. Walfrido Jorge (coord.). TAVARES GUERREIRO. Carolina Dias (coord.). *Direito Empresarial e Outros Estudos em Homenagem ao Professor José Alexandre Tavares Guerreiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

UNCITRAL – UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW. *Legislative Guide on Insolvency Law*. Disponível em

http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/insolvency.html. Consultado em 25.09.2015.

VALVERDE. Trajano de Miranda. *Comentários à Lei de Falências (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945)*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

VASCONCELOS, Ronaldo. *Direito Processual Falimentar*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

VERÇOSA. Haroldo Malheiros Duclerc. *Contratos Mercantis e a Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____. *Curso de Direito Comercial 1 – Teoria do Direito Comercial das Atividades Empresariais Mercantis*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. *Curso de Direito Comercial 4 – Tomo I – Fundamentos da Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Malheiros, 2011.

WALD, Arnaldo. *Direito Civil – Direito das obrigações e Teoria Geral dos Contratos*. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Solidariedade e Fiança*. In Revista de Informação Legislativa, Ano 28, nº 109, Jan-Mar, 1991, p. 257-268.

YAZBEK, Otávio. *Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Fontes da internet

Global Derivatives Study Group of the Group of Thirty. *Derivatives, Practices and Principles*. Washington: The Group of Thirty, 1993. Disponível em http://group30.org/images/uploads/publications/G30_Derivatives-PracticesandPrinciples.pdf. Consultado em 10.10.2017.

MILLS, Marvin. *Rejecting Frenville (again), Third Circuit Extends Grossman's and Broadens Scope of Prepetition Claims*. Weil Bankruptcy Blog. 2014. Disponível em <https://business-finance-restructuring.weil.com/claims/rejecting-frenville-again-third-circuit-extends-grossmans-and-broadens-scope-of-prepetition-claims/>. Consultado em 23.09.2016.

WORLD BANK. UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW. *Creditors Rights and Insolvency Standard*. 2005. Disponível em <http://www.worldbank.org/ifa/FINAL-ICRStandard-March2009.pdf>. Consultado em 01.10.2015.

WORLD BANK. *Principles for Effective Insolvency and Creditor/Debtor Regimes*. 2015. Disponível em [http://siteresources.worldbank.org/EXTGILD/Resources/5807554-1357753926066/2015_Revised_ICR_Principles\(3\).pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTGILD/Resources/5807554-1357753926066/2015_Revised_ICR_Principles(3).pdf). Consultado em 16.10.2015.